

## *História do Marxismo no Brasil*

**Organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis  
Filho\***

**Claudete Gomes Soares\*\***

O quinto volume da História do Marxismo no Brasil traz ao leitor a história das “organizações políticas dos marxistas no Brasil” dos anos 20 aos anos 60. É uma história contada de forma concisa, porém, reveladora da complexidade em que estavam imersas essas organizações, ao terem que atuar localmente influenciadas pela direção que tomava o movimento comunista internacionalmente e os movimentos de direita. A exemplo disso, o livro mostra o impacto da ascensão do nazismo sobre a esquerda nacional e internacional.

O que unifica essas organizações e permite que estejam reunidas em um mesmo livro é a perspectiva socialista presente em todas elas, inspirada em maior ou menor proporção pelas idéias de Marx. No entanto, essa não é a história do consenso e sim das divergências. A grande contribuição dos autores é mostrar como esses grupos se organizaram e se dividiram em torno de questões políticas e teóricas fundamentais. Sem ter, muitas vezes, as melhores repostas, iniciaram uma reflexão sobre o Brasil suscitada por questões como: Qual o papel dos países não-capitalista no processo revolucionário? Seriam não-capitalistas esses países? Como classificar um país de forte tradição agrária como o Brasil? Qual o caráter da revolução nesses países? Qual o sujeito político da revolução? Que contradições deveriam ser priorizadas na luta política revolucionária? Poderia-se alcançar o socialismo por meios pacíficos, democráticos, legais?

Pode-se, por meio da leitura do livro, identificar três núcleos de gênese

---

\* Vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

\*\* Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP e mestre em sociologia pela UNICAMP.

das organizações de esquerda no Brasil. O primeiro e mais profícuo, nesta tarefa, foi o PCB; cortado por várias cisões e dissidências, forneceu quadros para a formação de várias outras organizações, que por sua vez passaram por novos processos de dissidências e cisões. Também o movimento católico teve sua participação, dele veio a maioria dos militantes da Ação Popular (AP); da União Democrática Nacional (UDN) vieram os socialistas de 1947, antes Esquerda Democrática.

Talvez, por ser o PCB, entre esses grupo o que tem a história mais longa, pioneiro das idéias comunistas no Brasil, com uma inserção ímpar na sociedade brasileira, não alcançada por nenhuma outra organização em questão, os organizadores do livro tenham reservado dois capítulos para sua história. O primeiro, escrito por Marcos Del Roio, inicia-se com o processo de fundação do PCB nos anos 20 e termina no início dos anos 40, com a repressão do Estado Novo de Vargas aos comunistas. É também uma análise sobre a constituição da modernidade brasileira, respaldada no aparato conceitual gramsciano. O autor entende que o PCB foi um “elemento constitutivo da modernidade emergente no Brasil, ao prover a luta social de um novo instrumental político e cultural, referido ao marxismo refundado na práxis estatuída no Oriente Russo e na Europa Centro-Oriental” (p. 23-24).

O segundo capítulo, escrito por Daniel Aarão, dá continuidade a essa história, abrange o período entre 1943 e 1964, e mostra os ganhos e prejuízos do PCB em sua aproximação e distanciamento dos trabalhistas. Destaca a inabilidade do Partido para perceber a inclinação “popular e nacionalista” do governo democrático de Vargas e a virada reformista, durante o governo de João Goulart, quando as demais forças políticas passavam por um processo de radicalização em torno das reformas de base. Em resumo, nesse período, o PCB, foi revolucionário quando não encontrava respaldo na sociedade para essa posição e foi reformista quando a sociedade parecia exigir dele uma posição mais à esquerda.

Nesse longo período, tratado por Del Roio e Aarão, os comunistas oscilaram em torno de duas linhas políticas fundamentais, que podem ser resumidas da seguinte forma: uma que via na aliança com a pequena burguesia e outras forças progressistas da sociedade uma condição indispensável para se alcançar a revolução democrático-burguesa; outra, à esquerda, contrária a qualquer aproximação com frações da burguesia, considerada conservadora e aliada dos interesses oligárquicos e imperialistas. As divergências em torno dessas duas linhas foram responsáveis por várias lutas internas e dissidências, bem como pelas oscilações do Partido frente à realidade brasileira.

A origem das organizações trotskistas no Brasil, estudadas no capítulo escrito por Dainis Karepovs e José Castilho Neto, entre 1930-1966, são

tributárias dessas disputas internas e das divergências entre Stálin e Trótski no âmbito da Internacional Comunista em 1929. No Brasil, aglutinaram-se em torno das teses de Trótski, sobre a revolução permanente, os setores à esquerda, marginalizados dentro do PCB. Fundaram pequenas organizações: Liga Comunista Internacionalista em 1933, Partido Operário Leninista (POL) em 1937, Partido Socialista Revolucionário (PSR) em 1939 e o Partido Operário Revolucionário (POR) em 1952.

Os autores nos fazem perceber que, mais do que uma ação política capaz de mobilizar grandes massas, os trotskistas se destacam na história da esquerda, pela originalidade em sua interpretação da formação social brasileira. Fora dos trotskistas, por meio de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, “... o primeiro esforço sério no sentido de compreender as especificidades da formação brasileira sob o ponto de vista marxista ... supera a visão simplista do PCB, que via no Brasil apenas confronto entre campo e cidade, entre conservadores e progressistas, entre imperialismo inglês e americano” (p.122)

A história d’ O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965), contada por Margarida Luíza de Matos Vieira, se diferencia das organizações anteriores, pelo fato de o PSB não se afirmar como um partido marxista. Ao contrário, caracteriza-se pela ausência de um linha filosófica e política definida; várias concepções eram aceitas pelo Partido, desde que respeitado o princípio “socialismo e liberdade”. A democracia liberal era defendida como uma conquista histórica, sem que deixasse de apontar suas limitações. Outra diferença apontada pela autora, o Partido foge à definição de partido da classe operária; o marxismo teria influenciado o PSB apenas em sua crítica à sociedade capitalista e defesa do socialismo, esse por sua vez deveria vir acoplado aos valores democráticos. “Diríamos que estávamos juntos de socialistas reformistas que imaginavam uma mudança gradual até a nova sociedade” (p.161). É possível que surja no leitor a dúvida sobre se Partido Socialista Brasileiro está na história certa, tão díspar é a sua atuação e posição política, quando comparada às demais organizações de esquerda do período tratado pelo livro.

No quinto e sexto capítulo, temos a história das organizações surgidas nos anos 60, influenciadas pelos impactos da Revolução Cubana em 1959 e pela modernização da sociedade brasileira. É o caso da POLOP (1961-1967), analisada por Marcelo Badaró, no quinto capítulo. Formada por militantes dissidentes de várias organizações, em sua maioria jovens intelectuais, a POLOP se caracteriza pela contraposição, política e teórica, ao PCB. Para os intelectuais da POLOP, a sociedade brasileira já era plenamente capitalista, sendo, portanto, socialista o caráter da revolução brasileira e o operariado o sujeito político fundamental. Respalhada nessa interpretação, critica a aproximação do PCB com o governo de João Goulart e classifica a luta pelas reformas de base como tentativa de mistificação do operariado. Apesar da

radicalização do discurso, revela o autor que a POLOP não teve uma ação correspondente junto ao movimento operário. Ressalta, porém, sua importância, pela defesa que fizera do socialismo, contribuindo para a identidade dos grupos de esquerda após o golpe de 1964.

A outra organização fundada nesse período foi a Ação Popular (1962-1973). Analisada no último capítulo por Marcelo Ridenti, singulariza-se pela síntese entre cristianismo e marxismo. Diferente da grande maioria das organizações apresentada no livro, a AP tem a sua história ligada à atuação da Juventude Universitária Católica nos anos 50. Ridenti mostra que houve uma evolução ideológica dos jovens da AP, do cristianismo para o marxismo, por intermédio do guevarismo e do maoísmo. A radicalização da postura cristã dos jovens da JUC, sob influência teórica dos padres franceses, resultara na fundação da AP. Em sua trajetória, a AP afastou-se do cristianismo e aproximou-se do marxismo, o que, em uma primeira fase, resultara em um socialismo de viés humanista. No começo da década de 1970 a AP viu-se dividida entre o maoísmo e o foquismo. A vitória dos maoístas levaria a AP a se integrar ao PC do B em 1973. Ridenti explica a adesão da AP ao maoísmo, pelo o que ele denomina de romantismo revolucionário. Elementos simbólicos do socialismo humanista da AP, conformados as referências cristãs, puderam facilmente ser substituídos por aqueles presentes no maoísmo.

Com o capítulo sobre a AP fecha-se o quinto volume da história do marxismo no Brasil, leitura obrigatória para aqueles que se interessam pelos desdobramentos e pelos protagonistas das lutas políticas e sociais presentes no processo de modernização da sociedade brasileira.